



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 5214011 - CPER-CPAI

SEI!TJPR Nº 0096370-04.2019.8.16.6000
SEI!DOC Nº 5214011

DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, às 14:00hrs, utilizando-se da plataforma Cisco Webex Meetings, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão: Des. Sigurd Roberto Bengtsson, Dr. Sérgio Kreuz, Dr. João Luiz Manassés de Albuquerque Filho, Cláudia Cristina Martins Tria, Daniela Ribas Rocha, Diogo Guilherme Silveira, Flavia Verusca Buturi Monarin Matos, Jobber Andrade, João Guilherme Carraro Hortmann, José Luiz Leite da Silva Filho, Marcela Benevides Sales Pignolo, Renan Massaiti Tory, e Vera Maria Molfi de Franco.

Item 1: Na oportunidade, o Desembargador Sigurd reforçou a necessidade da continuidade da execução dos planos de ação da Comissão durante o trabalho em home office.

Item 2: Foram discutidos os Planos de Ação referentes aos apontamentos prioritários levantados no I Encontro dos Servidores com deficiência do TJPR.

Grupo	Item solicitado	Eixo responsável
Grupo 1	Ampliar os serviços do Centro - Médico	Eixo 5
	Direcionamento no ingresso dos PCDS - adaptação	Eixo 4
	Aquisição de cadeira motorizada pro Centro Judiciário e outros	Eixo 3
Grupo 2	Perícias: padronização e procedimentos para lotação	Eixo 5
	Adaptação do telefone ou computador (conectividade)	Eixo 3
	Exclusão dos PCDS da cota máxima de servidores em teletrabalho	Eixo 4
Grupo 3	Melhoria da sinalização como um todo (placas e entre outros)	Eixo 2
	Ampliar capacitação (presencial)	Eixo 1
	Melhorar mobiliário para os PCDS	Eixo 2

A servidora Flavia informou: a) a abertura de expediente SEI com as solicitações referentes à ampliação dos serviços prestados pelo Centro Médico com pedido de esclarecimentos ao Centro Médico e à Comissão Permanente de Apoio à Saúde dos Magistrados e Servidores (COPAS (itens 1 dos Grupos 1 e 2); b) realização de reunião com alguns membros da Comissão e a Chefe de Divisão de Admissão de Pessoal Efetivo (DAPE) do DGRH, a servidora Anne (item 2 do Grupo 1 e item 1 do grupo 2). Na ocasião, a servidora Anne pontuou que o processo de lotação na maioria das vezes é muito rápido e já chega com a lotação definida, no entanto dentro das possibilidades, ela vai agir. Em relação ao concurso aberto para técnico judiciário, Anne esclareceu que a escolha do local de trabalho se dará em sessão com audiência pública, por isso não há possibilidade de direcionamento dos PcDs. Diante da dificuldade em escolher a lotação do servidor, concluiu-se que o mais viável é sensibilizar o gestor e a equipe que receberá o servidor com deficiência, para isso, será repassado ao DGRH alguns materiais elaborados pela CPAI, especialmente a cartilha, para encaminhamento aos gestores dos setores que receberão os servidores com deficiência. Adicionalmente será elaborado documento ao setor que receberá a pessoa com deficiência, ao mesmo tempo que a cartilha de boas vindas do DGRH será atualizada com informações da Comissão, especialmente os contatos. Também será encaminhada a lista dos prédios com relação aos quesitos de acessibilidade elaborada pelo Departamento de Engenharia aos aprovados. Será agendada reunião com Diretor do Centro Médico para verificação da possibilidade do laudo elaborado pelo CAMS constar o CID, o tipo de deficiência e outras informações que possam auxiliar a DAPE no processo de lotação do novo servidor com deficiência.

Em relação à aquisição de cadeiras de rodas motorizada para o Novo Centro Judiciário (item 3 do grupo 1) : A servidora Vivian relatou que está estudando a questão e aventou a possibilidade de encaminhamento à Direção do Fórum para que seja o responsável pela aquisição, pois a comissão não possui atribuições para ser gestora da compra. Pontuou que auxiliará o processo no que for possível. Mencionou ainda a relevância de apoio do DEA para justificar a necessidade da aquisição (distância a ser percorrida), pois a cadeira motorizada tem custo bem superior ao da cadeira normal.

Em relação à adaptação de telefone para pessoas com deficiência auditiva (item 2 do grupo 2): A servidora Flávia pontuou que como a aquisição é feita pelo Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação – DTIC, o servidor Marcos que será responsável, no entanto este está de férias. A questão está em estudo.

Em relação à sinalização (item 1 do grupo 3): deve ser realizado estudo, inclusive com a participação do servidor Gilberto e do José Luiz para verificar melhores formas para responder aos servidores.

Melhoria do mobiliário (item 3 do grupo 3): O servidor José Luiz esclareceu que a solicitação padrão de mobiliário é feita pelo Hermes. O mobiliário padrão projetado pelo DEA já é acessível. No entanto, diante das especificidades é possível fazer projeto para atender os servidores com deficiência. Deve ser realizado pedido via SEI. Relatou situação referente a mesa mais alta em que a servidora Diana fez a solicitação via SEI e foi possível atender pela Divisão de Manutenção.

Item 3: Foram discutidos os Planos de Ação Prioritários da CPAI:

Atualização anual do cadastro: A servidora Cláudia pedirá auxílio ao Renan para fazer formulário e encaminhar às empresas (referente ao cadastro dos servidores terceirizados). O servidor Diogo informou que protocolou no SEI com pedido de autorização para colocar no site do Tribunal notícia referente à necessidade de atualização do cadastro. A ideia é que as pessoas façam sua atualização cadastral no Hércules e todos da Comissão tenham acesso. As informações serão encaminhadas via SEI ao Centro Médico para validação. Após discussão, concluiu-se que na próxima atualização é importante pensar em novas alternativas para que o cadastro seja feito já com validação dos documentos.

Projeto de capacitação em libras: A servidora Cláudia informou que a ESEJE (Escola dos Servidores do TJPR) divulgou trilhas de aprendizagem com todo o conteúdo produzido pela Comissão. Foi disponibilizado acesso a dois cursos de libras básico de escolas externas e vídeos que foram finalizados de cada deficiência. A ESEJE postou material nas redes sociais falando de cada deficiência e dicas. Nos links foi divulgada trilha da Comissão e será divulgado via mensageiro e intranet. Está sendo realizado estudo juntamente com a Prefeitura para discutir curso específico de libras para o setor judiciário. Pontuou-se também que nenhum dos servidores do Tribunal utiliza as libras. Existem outros tipos de comunicação com as pessoas com deficiência auditiva como leitura labial, comunicação escrita etc que também devem ser levados em consideração.

Projeto abraçar para Incluir: A servidora Daniela informou sobre a paralisação das atividades do Centro de Digitalização devido a pandemia e sua preocupação com os estagiários surdos diante da fragilidade da saúde e da necessidade financeira.

Portal da Transparência: Página na internet da Comissão já está sendo criada pelo servidor Marcos.

Regulamento: O servidor João Guilherme esclareceu que o Decreto de regulamento geral já foi elaborado. Projeto para alteração do regulamento do teletrabalho está em revisão final (item 3 do grupo 2). Quanto ao regulamento, o Desembargador solicitou agendamento de reunião para ouvir os demais funcionários com deficiência para discussão da regulamentação.

A reunião foi encerrada por volta das 16hs. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Marcela Benevides Sales Pignolo, Secretária, lavrei a presente ata.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELA BENEVIDES SALES PIGNOLO**,

Integrante de Comissão Permanente, em 19/07/2021, às 17:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **5214011** e o código CRC **73590743**.

0096370-04.2019.8.16.6000

5214011v6